



FACULDADE CÁSPER LÍBERO

Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Rádio/TV e Internet
Especialização e Mestrado em Comunicação

O Grito das Mudanças: política de gênero e inovação tática em movimentos sociais no campo brasileiro

João Alexandre Peschanski¹

RESUMO

Este trabalho investiga o impacto de negociações internas em inovações táticas em movimentos sociais. Mudanças em repertórios de ação estão associados a conflitos políticos dentro dos movimentos, que devem ser entendidos não como atores unitários, mas como coletivos unificados, onde negociações internas têm um papel central na definição de políticas contenciosas. Dinâmicas de gênero dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) são investigadas como um elemento para dar sentido a mudanças táticas e de quadro político nesse movimento social em meados dos anos 2000.²

PALAVRAS-CHAVE: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); movimentos sociais brasileiros; inovação tática; participação feminina.

O tema deste artigo é a influência das negociações internas, entendidas como estratégias de comunicação de interesse de grupos, na atuação política de movimentos sociais. Em especial, espera-se identificar essa influência em mudanças de repertório de contenção de movimentos sociais, aqui chamadas mudanças táticas. Um modelo explicativo de mudanças táticas deve levar em consideração tanto a diversidade interna quanto a coordenação. De certo modo, a combinação aparentemente contraditória desses dois elementos coloca esse tipo de análise no campo da comunicação de interesses, entendendo assim movimentos sociais como coletividades unificadas, no sentido de que reúnem grupos diversificados que interagem e negociam sua interação para sustentar a unidade. Nessa perspectiva, um modelo explicativo de mudanças de repertório deve investigar a dinâmica interna de grupos dentro do movimento e, assim, contar com os mecanismos que levam a inovações de repertório, vinculando circunstâncias favoráveis e mudanças táticas.

Em movimentos sociais organizados, isto é, atores políticos contenciosos maduros, as mudanças de repertório podem expressar um processo transformador interno, uma escolha dos líderes em transformar sua ação política como meio de garantir a continuidade da organização. Assim, a inovação tática continua sendo uma característica visível de uma transformação interna, que também pode ter efeitos sobre outros aspectos do ator político, incluindo orientação política, liderança, estrutura organizacional e sistema de relações entre

¹ Professor na Coordenadoria de Jornalismo e na de Cultura Geral da Faculdade Cásper Líbero. Doutor em Sociologia pela Universidade de Wisconsin-Madison, mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Esta pesquisa teve o apoio do Centro Interdisciplinar de Pesquisa da Faculdade Cásper Líbero. Endereço eletrônico: japeschanski@casperlibero.edu.br.

² A versão completa deste artigo foi publicada em Peschanski (2020). Referências bibliográficas no fim deste texto correspondem às da publicação original.



FACULDADE CÁSPER LÍBERO

Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Rádio/TV e Internet
Especialização e Mestrado em Comunicação

a organização e outros atores políticos, sejam adversários ou aliados. Em um contexto de conflitos internos, a transformação parece ser uma forma de estabelecer um acordo entre líderes e oponentes internos poderosos. A combinação do empoderamento de oponentes e seu acesso a recursos anteriormente indisponíveis pode estimular inovações táticas. O tipo de inovação depende da direção da oposição, mais ou menos radical do que o conjunto tradicional de protestos. Por causa dos custos associados às mudanças transformadoras internas, que podem ser arriscados para a sobrevivência da organização, mudanças no repertório são fenômenos raros.

O objeto da pesquisa é a evolução tática do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), levando em conta a associação entre mudanças de repertório e dinâmicas internas. Especificamente, é investigada a composição do órgão decisório mais importante do movimento dos sem-terra - a Direção Nacional (ou DN) - de 1988 a 2006. O MST foi criado oficialmente em 1984; no entanto, inaugurou a DN apenas em 1988, como forma de criar autonomia organizacional em relação à Igreja e resolver conflitos internos. Os dados usados na pesquisa foram obtidos por meio da criação de um banco de dados a partir das listas de presença das reuniões do DN de 1988 a 2006. Nesse período, 124 líderes passaram pelo conselho decisório. As indicações para o conselho ocorreram a cada dois anos; os mandatos dos líderes começaram em anos pares. Mudanças na composição do conselho em anos ímpares geralmente se deveram a mortes ou renúncias - embora sejam casos raros. As mudanças de liderança no conselho são uma estratégia para identificar momentos em que ocorreram reconfigurações internas. O uso de dados quantitativos neste artigo permanece descritivo.

A Figura 1 revela que o MST historicamente teve um viés contra as mulheres em seu órgão de decisão mais importante. Até 1997, mais de 85% dos líderes do sem-terra na DN eram homens; a representação desproporcional de lideranças masculinas caiu nos anos seguintes, mas ainda alcançou 79% em 2004. Ou seja, no órgão decisório mais importante do MST, responsável por fazer negociações com o governo federal, as mulheres foram sistematicamente marginalizadas. Em 2006, o MST reformulou sua organização e as mulheres conseguiram 30 das 61 vagas na DN.

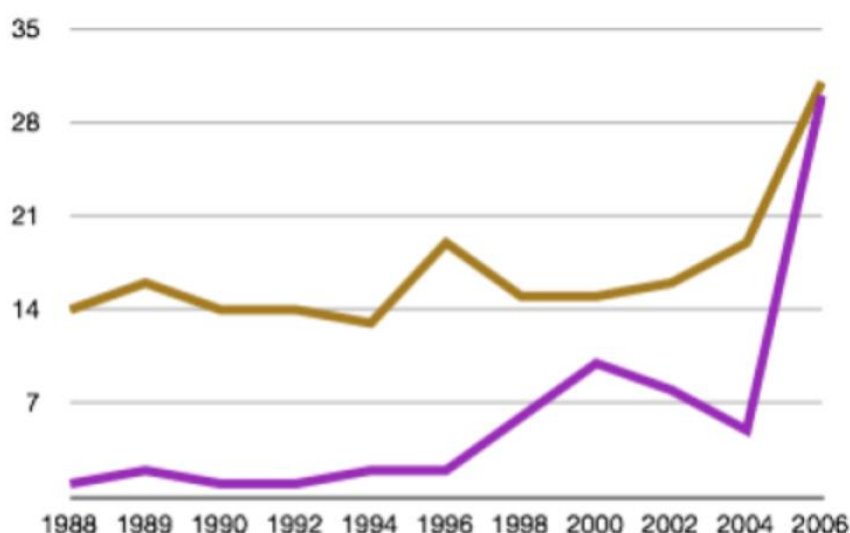


Figura 1. Número de líderes mulheres (em lilás) e homens (em marrom) na Direção Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, de 1988 a 2006. Fonte: Pesquisa própria.

A partir dos dados coletados sobre a evolução interna da liderança no MST foram realizadas entrevistas semi-estruturadas para entender as dinâmicas e os processos que levaram às tendências reveladas: a marginalização sistemática de mulheres na DN e a abrupta mudança em 2006, com a paridade entre homens e mulheres. Os entrevistados foram selecionados para trazer perspectivas subjetivas sobre a reconfiguração identificada. Primeiramente, foram entrevistadas lideranças que fizeram parte do MST desde sua origem, identificadas com o grupo dominante e que ocuparam continuamente posições importantes no movimento. Em seguida, foram entrevistadas mulheres líderes que foram integradas à DN em períodos anteriores a 2006. O objetivo era entender como algumas mulheres conseguiram chegar ao conselho em um contexto de sexismo organizacional e como se sentiam sobre a discrepância entre a representação de homens e mulheres. Por fim, entrevistei lideranças novas: homens e mulheres que ocuparam cargos na DN em 2006, e que nunca haviam exercido qualquer cargo no conselho antes dessa data.

De acordo com uma entrevista com um líder homem sem-terra, que ocupava cargos de decisão desde a década de 1980: "O MST foi crescendo e permaneceu com o mesmo número de lideranças. Em vez de retirar quem já estava lá, ampliamos o espaço. Colocamos mais cadeiras ao redor da mesa, e essas foram basicamente dadas às mulheres". Do seu ponto de vista, a abertura do DN foi quase natural e, ainda mais importante, a ação partiu de líderes homens que "deram" os lugares às mulheres. Em sua explicação, as



FACULDADE CÁSPER LÍBERO

Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Rádio/TV e Internet
Especialização e Mestrado em Comunicação

mulheres não eram um sujeito ativo, visão reforçada pelo uso da voz passiva na citação. Sua explicação não revela por que o MST abriu a DN apenas em 2006, e não antes.

As mulheres expressaram descontentamento com a dominação do DN pelos homens no período levado em conta na análise deste artigo. "Sentimo-nos incapazes de alcançar [posições de tomada de decisão] através da estrutura normal. Há muito sexismo no movimento. A agenda das mulheres foi sistematicamente marginalizada, como se estivesse à margem da luta política. Mas é o coração da luta. Fizemos do nosso jeito. Refizemos a luta", afirmou uma líder do MST que conquistou uma vaga no DN em 2006. Ela considerou a estrutura política do MST muito sexista para permitir sem luta interna a paridade de gênero. Mais curiosamente, ela se referiu a uma divisão na agenda do MST, contrastando a própria luta política do MST e uma nova forma de luta, cujo "coração" seria a luta das mulheres. Essa ideia foi reforçada quando ela disse que as mulheres "refizeram" a luta, ou seja, construíram uma alternativa ao que percebiam como uma estrutura de decisão inadequada.

O "refazer" do MST, em referência ao termo usado na citação do parágrafo anterior, dependeu do empoderamento de ativistas femininas. De acordo com as entrevistas, as camponesas sem-terra organizaram uma rede para promover reivindicações específicas das mulheres relacionadas às lutas rurais em 1995, que começaram a crescer nos anos seguintes. A rede associou fortemente as agendas do feminismo e da mobilização camponesa, incluindo mulheres ativistas mesmo fora do MST. As principais características dessa rede foram de quatro ordens. Em primeiro, as pessoas envolvidas eram geralmente ativas nas comunidades locais, muitas vezes desempenhando funções importantes como líderes locais. Isso estava parcialmente relacionado à marginalização histórica das mulheres das estruturas nacionais de tomada de decisão: por ter sido negado o acesso à liderança de nível superior, elas permaneceram ativas onde podiam, a liderança local, principalmente dentro de suas comunidades. Em segundo lugar, elas permaneceram mais autônomas da Direção Nacional, com a qual tinham conflito - uma das entrevistadas disse que o DN era "antagônico à agenda das mulheres". Terceiro, as lideranças camponesas tinham laços estreitos com organizações feministas brasileiras, especialmente a Marcha Mundial das Mulheres (MMM). Esses grupos foram ativos na luta contra o que consideravam os efeitos perniciosos da globalização, e isso levou a uma forte conexão entre as mulheres sem-terra e a agenda antiglobalização. Em quarto, as líderes femininas estavam menos ligadas ao Partido dos Trabalhadores do que os líderes masculinos. As quatro características tiveram impacto na mobilização das mulheres, especialmente o protesto conhecido como Grito das Mudanças.



FACULDADE CÁSPER LÍBERO

Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Rádio/TV e Internet
Especialização e Mestrado em Comunicação

8 de março de 2006, Dia Internacional da Mulher, 5h30. Aproximadamente duas mil mulheres cruzaram o portão de um viveiro de árvores da empresa Aracruz, maior produtora mundial de celulose de eucalipto, em Barra do Ribeiro, no Rio Grande do Sul, e destruíram os viveiros. Elas usavam máscaras de lenço, camisetas de movimentos rurais e carregavam foices e enxadas. A maioria das roupas dos manifestantes era roxa ou verde, respectivamente cores associadas ao feminismo e à Via Campesina (uma rede de movimentos camponeses de todo o mundo). As mulheres vieram de vários movimentos rurais; membros do MST lideraram a ação. As manifestantes gritaram palavras de ordem contra os danos sociais e ambientais causados pela monocultura do eucalipto, o que chamaram de "deserto verde": a deterioração do solo, o ressecamento de rios e a expulsão de pequenos agricultores de suas terras. Em um poema-manifesto publicado alguns dias depois, eles explicaram sua ação: "De repente / milhares de mulheres se reuniram / e despedaçaram em silêncio / opressão e engano // As mudas gritaram / repentinamente // e no curso repentino de um momento // o riso burguês tornou-se descrença / perplexidade, incredulidade // . . . De repente, / de uma só vez / milhares de mulheres / quebraram o silêncio". Segundo uma nota da empresa, mais de um milhão de mudas de eucalipto foram derrubadas. A Aracruz estimou suas perdas em 250.000 dólares. Após o protesto, as mulheres partiram para Porto Alegre e participaram de uma passeata pelos direitos das mulheres.

O Grito das Mudas caracterizou-se como uma inovação no repertório de contenção dos movimentos rurais no Brasil, em especial o MST, a ser entendido no contexto das transformações internas pelas quais a Direção Nacional do movimento passou. O repertório tradicional do MST consistia em ações não violentas, como ocupações de terras, manifestações e piquetes em frente a prédios públicos, e seu principal objetivo era pressionar o governo a investir na reforma agrária. Os repertórios de contenção costumam mudar, mas a maioria dessas mudanças não são inovações. Os movimentos improvisam sua ação contenciosa tradicional quando interagem com as autoridades. As improvisações de protesto não são mudanças fundamentais no conjunto das ações coletivas, mas adaptações do repertório tradicional a novas circunstâncias. Por exemplo, quando o governo Fernando Henrique Cardoso proibiu projetos de reforma agrária em propriedades controladas pelos sem-terra, a resposta do MST foi organizar ocupações provisórias em frente às terras que considerava aptas para a reforma agrária, improvisando assim de acordo com Cardoso novas regras. Em contrapartida, chamar o Grito das Mudas de improvisação de repertório parece não ser suficiente: aqui, as sem-terra passaram de protestos não violentos para ações de confronto, propositadamente violentas. Alguns protestos organizados anteriormente pelo MST foram contenciosos, mas a prática contenciosa não havia sido planejada. As mulheres foram as promotoras exclusivas do protesto contra a Aracruz, enquanto os protestos



FACULDADE CÁSPER LÍBERO

Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Rádio/TV e Internet
Especialização e Mestrado em Comunicação

tradicionais do MST foram conduzidos apenas por homens ou por famílias inteiras, incluindo crianças. Além disso, a ação das mulheres teve um paralelo com táticas antiglobalização que não estavam presentes em protestos anteriores. O uso de máscaras de lenços e a destruição de espaços corporativos são características do que se costuma chamar de "Seattle Tactics". A ação da Barra do Ribeiro não pretendia iniciar qualquer negociação de reforma agrária com o governo, que ficou em grande parte fora do escopo dos manifestantes. Como declararam em seu poema-manifesto, visavam a classe dominante, a fonte do "riso burguês". Desde 2007, as camponesas organizaram protestos violentos contra outras corporações, incluindo Cargill, Syngenta, Monsanto, Companhia Vale do Rio Doce e Votorantim.

O caso dos sem-terra do Brasil destaca a importância de abrir a caixa interna dos movimentos sociais e entender as formas de negociação entre grupos que ocorrem como processos comunicacionais de conflito na disputa pelo poder organizacional. A perspectiva apresentada aqui entra em choque com as teorias sobre a estrutura de oportunidades políticas que passaram a dominar a literatura sobre política contenciosa, enfatizando fatores externos para explicar tanto a origem quanto a evolução das ações coletivas. A dinâmica interna continua sendo fundamental para ter uma noção mais precisa de como as mudanças acontecem dentro dos movimentos sociais.

As teorias que relacionam a inovação tática à prontidão organizacional e ao conflito interno são, apesar de escritas em oposição umas às outras, complementares. Os argumentos desses dois corpos de literatura podem ser vistos como duas fases de um processo mais amplo: primeiro, uma ruptura da capacidade da organização de atuar como uma coletividade unificada; e, segundo, o alcance de uma nova base de unificação, relacionada a mudanças internas que têm impactos em aspectos visíveis do movimento social. Essas duas dimensões podem ser necessárias não apenas para a inovação tática, mas também para a continuidade da ação coletiva. O caso dos sem-terra no Brasil também é relevante por retratar uma situação em que vários tipos de motivação para fazer parte de um movimento interagem e configuram a organização política. No Brasil, ser sem-terra e ser mulher foram traduzidos em um discurso coletivo, um novo tipo de atividade política, que reformulou a luta dos sem-terra. A perspectiva de gênero parece ser crítica para a compreensão dos movimentos sociais e, embora isso possa ser um ponto óbvio, não foi ainda levado a sério pela maioria da literatura dominante sobre movimentos sociais no campo brasileiro.

Referências bibliográficas



FACULDADE CÁSPER LÍBERO

Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Rádio/TV e Internet
Especialização e Mestrado em Comunicação

- Branford, S., and J. Rocha. 2002. **Cutting the wire**: the story of the Landless Movement in Brazil. Latin American Bureau.
- Bianchi, A., and R. Braga. 2005. Brazil: the Lula government and financial globalization. **Social Forces**, 83, 1745-1762.
- Caldeira, R. 2009. The failed marriage between women and the landless people's movement (MST) in Brazil. **Journal of International Women's Studies**, 10(4), 237-258.
- Carter, M. 2010. The landless rural workers movement and democracy in Brazil. **Latin American Research Review**, 45, 186-217.
- Davis, G., D. McAdam, R. Scott, and M. Zald. 2005. **Social movements and organization theory**. Cambridge University Press.
- Imig, D., and S. Tarrow. 2001. **Contentious Europeans: protest and politics in an emerging polity**. Rowman & Littlefield.
- Kowarick, L. 2003. O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: um processo em construção. **Teoria e Debate**, 58, 16-29.
- Laver, M. 1999. Divided parties, divided government. **Legislative Studies Quarterly**, 24, 5-29.
- Löwy, M. 1987. A new type of party: the Brazilian PT. **Latin American Perspectives**, 14, 453-464.
- McAdam, D. 1982. **Political process and the development of Black insurgency, 1930-1970**. University of Chicago Press.
- McAdam, D. 1983. Tactical innovation and the pace of insurgency. **American Sociological Review**, 48, 735-754.
- McAdam, D. 1996. Political opportunities: conceptual origins, current problems, future directions. In: D. McAdam, J. McCarthy, and M. Zald, eds. **Comparative perspectives on social movements**. Cambridge University Press: pp. 23-40.
- McAdam, D., S. Tarrow, and C. Tilly. 2001. **Dynamics of contention**. Cambridge University Press.
- McCammon, H. 2003. 'Out of the parlors and into the streets': the changing tactical repertoire of the U.S. women's suffrage movements. **Social Forces**, 81, 787-818.
- Meyer, D., and D. Minkoff. 2004. Conceptualizing political opportunity. **Social Forces**, 82, 1457-1492.
- Minkoff, D. 1999. Bending with the wind: strategic change and adaptation by women's and racial minority organizations. **American Journal of Sociology**, 104, 1666-1703.
- Minkoff, D., and J. McCarthy. 2005. Reinvigorating the study of organizational processes in social movements. **Mobilization**, 289, 289-308.
- Morrill, C., M. Zald, and H. Rao. 2003. Covert political conflict in organizations: challenges from below. **Annual Reviews of Sociology**, 29, 391-415.



FACULDADE CÁSPER LÍBERO

Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Rádio/TV e Internet
Especialização e Mestrado em Comunicação

- Oliveira, F. 2003. The duckbilled platypus. **New Left Review**, 24.
- Oliveira, F. 2006. Lula in the labyrinth. **New Left Review**, 42.
- Oliveira, L. 2007. **A forma política do MST**. Dissertation in Political Science, Universidade Estadual de Campinas.
- Olzak, S., and E. Rao. 2007. Organizational diversity, vitality and outcomes in the Civil Rights Movement. **Social Forces**, 85, 1561-1591.
- Pereira, A. 2003. Brazil's Agrarian Reform: democratic innovation or oligarchic exclusion redux? **Latin American Politics and Society**, 45, 41-65.
- Peschanski, J. A. 2008. A construção do socialismo sem terra. **Margem Esquerda**, 11, 121-128.
- Peschanski, J. A. 2020. Scream of the Mutes: Gender Politics and Tactical Innovation in Brazilian Rural Movements. **Teoria & Pesquisa**, 29(1), 28-47.
- Sader, E. 2005. Taking Lula's measure. **New Left Review**, 33.
- Tarlau, R. 2019. **Occupying schools, occupying land**: How the landless workers movement transformed Brazilian education. *Global and Comparative Ethnogr.*
- Tarrow, S. 1994. **Power in movement**. Cambridge University Press.
- Tilly, C., and S. Tarrow. 2007. **Contentious politics**. Paradigm Publishers.
- Tilly, C. 2000. Violent and nonviolent trajectories in contentious politics. Paper at the symposium on **States in Transition and the Challenge of Ethnic Conflict**, Russian Academy of Sciences, US National Academy of Sciences, Moscow.
- Tilly, C. 1999. From interactions to outcomes in social movements. *In*: M. Giugni, D. McAdam, and C. Tilly, eds. **How social movements matter**. University of Minnesota Press, pp. 253-270.
- Tilly, C. 1995. **Popular contention in Great Britain, 1758-1834**. Harvard University Press.
- Tilly, C. 1993. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. **Social Science History**, 17, 253-280.
- Vizeu, F., and Bin, D.. 2008. Democracia deliberativa: leitura crítica do caso CDES à luz da teoria do discurso. **Revista de Administração Pública**, 42(1), 83-108.
- Voss, K., and R. Sherman. 2000. Breaking the Iron Law of Oligarchy: union revitalization in the American Labor Movement. **American Journal of Sociology**, 106, 303-349.
- Wolford, W. 2003. Families, fields, and fighting for land: the spatial dynamics of contention in rural Brazil. **Mobilization**, 8, 201-215.
- Zald, M., and J. McCarthy. 1987. **Social Movements in an Organizational Society**. Transaction Books.